



TCEPR

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

**Contratação De Empresa Para Prestar
Serviço de Ginástica Laboral**



SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	3
2.	DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE	3
3.	PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.....	5
4.	REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	5
5.	LEVANTAMENTO DE MERCADO	13
6.	ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES	15
7.	ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO	16
8.	DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO	19
9.	JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO	21
10.	SUBCONTRATAÇÃO, CONSÓRCIO E COOPERATIVAS DE MÃO DE OBRA	21
11.	DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS	22
12.	CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES	24
13.	POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS.....	24
14.	CLASSIFICAÇÃO NOS TERMOS DA LEI Nº 12.527/11	26
15.	POSICIONAMENTO CONCLUSIVO	26

1. INTRODUÇÃO

O princípio do planejamento é um dos pilares da Lei 14.133/2021 e tem como objetivo assegurar que as licitações e os contratos públicos sejam conduzidos de forma mais eficiente e transparente.

Para tanto, a nova lei estabelece uma série de regras e procedimentos que devem ser observados na fase de planejamento da contratação pública, dentre elas a obrigatoriedade da elaboração de estudos técnicos preliminares para todas as contratações públicas, destacando-se assim a importância do princípio do planejamento.

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A contratação de serviços especializados em ginástica laboral no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR) visa atender às diretrizes estabelecidas pela Política de Gestão de Pessoas, conforme a Resolução nº 94/2022.

A referida política tem como finalidade estimular os servidores a desenvolverem e utilizarem seu pleno potencial, alinhando suas competências às estratégias e valores institucionais. Dentre os princípios que norteiam essa política, destacam-se:

- Promoção da saúde integral, com foco no bem-estar físico, mental e social dos servidores (Art. 3º, inciso II);

- Valorização das pessoas, suas competências e contribuições para os resultados institucionais (Art. 3º, inciso I);
- Fomento à qualidade de vida no trabalho, por meio de ações que promovam ambientes saudáveis e produtivos (Art. 8º, inciso II);
- Estímulo à adoção de ações para redução de riscos e prevenção de acidentes e doenças, com base em preceitos da ciência do trabalho e nos princípios de prevenção e precaução (Art. 8º, inciso VI).

Nesse contexto, a ginástica laboral se apresenta como uma ferramenta eficaz para a prevenção de doenças ocupacionais, como lesões por esforços repetitivos (LER) e distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT), além de contribuir para a melhoria da disposição física, redução do estresse e aumento da produtividade.

A implementação desses serviços está alinhada com os objetivos estratégicos do TCE/PR, especialmente no que tange à valorização do capital humano, à promoção da saúde e bem-estar dos servidores e à melhoria contínua do desempenho organizacional.

2.1 ESTADO ATUAL

O serviço de ginástica laboral no Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR) foi suspenso em 2021, em decorrência da pandemia de COVID-19 e da adoção ampla do regime de teletrabalho, que reduziu significativamente a presença física de servidores nas dependências do Tribunal.

Contudo, com a publicação da Instrução de Serviço nº 187/2025, que alterou a IS nº 149/2021, houve uma reconfiguração do regime de teletrabalho, estabelecendo novos parâmetros para a presença física dos servidores. A principal mudança foi a obrigatoriedade de garantir a presença física diária de, no mínimo, 40% dos servidores de cada unidade (Art. 1º, §4º), podendo ser computados também para esse percentual aqueles em atividades externas, como fiscalizações e organização de cursos (Art. 1º, §5º).

Essa alteração normativa reflete uma tendência de retorno gradual ao trabalho presencial, ampliando a circulação de servidores nas instalações do TCE/PR. Tal cenário favorece a retomada de ações presenciais voltadas à promoção da saúde e qualidade de vida no trabalho, como a ginástica laboral, que depende da presença física para sua efetiva realização.

Dessa forma, a nova configuração do regime de trabalho no Tribunal justifica e viabiliza a reconstrução do serviço de ginástica laboral, considerando o aumento da ocupação dos espaços físicos e a necessidade de garantir condições adequadas de saúde e segurança aos servidores.

3. PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A contratação foi devidamente contemplada no Plano de Contratações Anual (PCA) 2026, no âmbito do procedimento nº 58737-0/25.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os requisitos de contratação são condições indispensáveis para a solução contratada atender ao objetivo do projeto. Eles orientam e delimitam a forma como será feita a execução dos serviços, assegurando que atendam às necessidades e expectativas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Para garantir a efetividade e a adequação da ferramenta de pesquisa de preços ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR), foram estabelecidos os seguintes requisitos fundamentais:

- 1) Execução das Sessões de Ginástica Laboral

Descrição:

Realizar 2 (duas) sessões diárias em cada um dos 27 ambientes (uma em cada turno 09h–12h e 14h–17h), com duração mínima de 15 minutos por sessão às segundas, terças e quintas de cada semana no mês, conduzidas in loco por profissional habilitado.

**Justificativa:**

Define volume, frequência e escopo para aferir entrega e efetividade das ações de promoção de saúde no trabalho.

2) Registros de Execução e Evidências

Descrição:

Registrar cada sessão por ambiente/turno (data, hora, duração, profissional), com lista de presença e ocorrências a serem consolidados no relatório mensal sob controle da DGP.

Justificativa:

Proporciona rastreabilidade e facilita o recebimento e a medição mensal do serviço.

3) Conteúdo Técnico das Sessões e Micro-pausas

Descrição:

As sessões deverão contemplar distensionamento, alongamento, correção postural, variação periódica de exercícios e orientações de micro-pausas, com adequação às tarefas dos setores atendidos.

Justificativa:

Alinha a execução às melhores práticas de ergonomia comportamental, reduzindo desconfortos musculoesqueléticos e melhorando a disposição dos servidores.

4) “Blitz” de Postura e Orientações Individuais Breves

Descrição:



Realizar blitz de postura nos postos de trabalho, com orientação postural individual e registro em formulário padrão (sem dados sensíveis), incluindo recomendações rápidas de ajustes e exercícios específicos. Periodicidade mínima: semestral por unidade atendida a ser desempenhada em substituição à atividade de ginástica laboral daquele dia.

Justificativa:

Complementa a intervenção coletiva com ajustes individuais no posto, potencializando a prevenção de queixas e riscos.

5) Equipe Técnica e Comprovação Profissional**Descrição:**

As atividades devem ser realizadas por fisioterapeutas ou educadores físicos, com registro ativo no respectivo órgão de classe.

Justificativa:

Garante qualificação e responsabilidade técnica compatíveis com o objeto.

6) Materiais e acessórios**Descrição:**

Todos os materiais e acessórios necessários às atividades (bolas, bastões, elásticos, aparelhos sonoros portáteis) serão fornecidos pela contratada, devendo mantê-los sob boas condições de higiene e conservação.

Justificativa:

Assegura a qualidade e padronização das atividades.

7) Medição, Faturamento e Ajustes por Execução das Sessões**Descrição:**



A medição dos serviços e o faturamento da Contratada serão realizados **exclusivamente com base no número de sessões de ginástica laboral executadas e devidamente registradas**, nos termos deste item 7, considerando o valor unitário por sessão definido no contrato.

As sessões previstas no planejamento mensal constituem **estimativa operacional**, não gerando direito a faturamento quando não realizadas.

a) Sessões realizadas em quantidade inferior à estimada

Caso, ao final do período de medição, o número de sessões efetivamente realizadas seja inferior ao quantitativo estimado para o mês, o valor devido à Contratada será apurado **exclusivamente com base no número de sessões executadas**, multiplicado pelo valor unitário por sessão estabelecido no contrato. A estimativa mensal de sessões constitui **parâmetro de planejamento**, não caracterizando piso mínimo de faturamento, não sendo devido qualquer pagamento compensatório, indenizatório ou direito automático à reposição das sessões não realizadas, além do previsto neste item 7.

b) Sessões realizadas em quantidade superior à estimada

A execução de sessões em quantidade superior à estimada para o mês **não configura irregularidade**, desde que decorrente da dinâmica normal de funcionamento do Tribunal ou de ajustes operacionais definidos pela fiscalização do contrato. Nessas hipóteses, as sessões efetivamente realizadas e devidamente registradas **serão integralmente consideradas para fins de medição e faturamento**, aplicando-se o valor unitário por sessão previsto no contrato, observado o limite global da contratação.

c) Interrupção por motivo imputável à Contratada

Sessões iniciadas e não concluídas por motivo imputável à Contratada, incluindo ausência, atraso, necessidade de retirada antecipada do profissional, falha operacional ou indisponibilidade de substituto, **serão consideradas não realizadas**, não gerando direito a faturamento, observado o previsto no item (e).

**d) Interrupção por motivo imputável à Administração**

Será considerado motivo imputável à Administração **aquele ocorrido de forma superveniente e durante a execução da sessão**, que determine sua interrupção imediata por necessidade institucional, operacional ou de segurança do Tribunal, devidamente registrada pela fiscalização do contrato.

Nessa hipótese, **a sessão interrompida será considerada como realizada para fins de medição e faturamento**, aplicando-se o valor unitário por sessão previsto no contrato, uma vez que a interrupção não decorreu de conduta da Contratada.

Não se caracterizam como motivo imputável à Administração, ainda, para os fins deste item, feriados, recessos, pontos facultativos ou suspensões de expediente previstos no Calendário Anual do TCE/PR.

Nessas situações, as sessões não iniciadas **não serão objeto de faturamento**, por se tratarem de eventos inerentes à dinâmica administrativa do órgão.

e) Compensação

Nas seguintes hipóteses, a não realização das sessões poderá ser compensada pela Contratada em até 30 (trinta) dias, caso haja requisição pela Administração:

- Comunicação pela Contratante com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas de fato que impeça a realização das sessões, como dedetização, manutenção predial, mudanças internas, indisponibilidade do ambiente ou eventos institucionais.

Caso a comunicação pela Contratante seja feita em prazo inferior a 48 (quarenta e oito) horas, as sessões correspondentes ao período serão consideradas realizadas.

Caso a compensação de que trata este item não seja realizada em 30 (trinta) dias, desde que por motivo não atribuível exclusivamente à Contratada, as sessões correspondentes ao período serão consideradas realizadas.



As sessões iniciadas e não concluídas por motivo imputável à Contratada – item (c) – podem ser compensadas, a requerimento da Contratante, nos termos deste item (e).

f) Registro e comprovação

A comprovação da execução das sessões deverá ocorrer por meio de registros diários, contendo, no mínimo, data, horário, ambiente, duração, profissional responsável, ocorrências relevantes e responsável pelo ambiente, a serem consolidados em relatório mensal validado pela fiscalização do contrato.

Justificativa:

A adoção do pagamento por sessão executada estabelece critério **objetivo, mensurável e transparente** de medição e faturamento, alinhado às características do objeto e às boas práticas de gestão contratual, permitindo glosas automáticas, evitando discussões subjetivas sobre valores mensais e assegurando aderência entre pagamento e efetiva entrega do serviço.

8) Substituição de Profissionais e Plano de Contingência

Descrição:

Substituir profissionais que se afastarem ou forem reprovados pela fiscalização em até 5 dias úteis, apresentando plano de contingência para ausências imprevistas a fim de manter a cobertura dos 27 ambientes nos turnos definidos.

Justificativa:

Evita descontinuidade e preserva a qualidade e a regularidade do serviço.

9) Entregar relatórios periódicos

Descrição:



Entregar relatórios semestrais contendo as informações relativas ao total de sessões programadas e realizadas por ambiente, a serem entregues em até 30 (trinta) dias após o fim do período, e registros de **blitz de postura**, a serem a serem entregues em até 30 (trinta) dias.

Formato: PDF.

Justificativa:

Permite gestão por resultados, transparência e melhorias contínuas durante a vigência contratual.

10) Indicar e manter preposto responsável pelo gerenciamento do contrato

Descrição:

A contratada deverá indicar e manter, durante toda a vigência contratual, um preposto formalmente designado, com poderes suficientes para representar a empresa na gestão do contrato, atuar como interlocutor direto com o TCE/PR e tratar de todas as questões técnicas, operacionais e administrativas relacionadas à execução dos serviços. O preposto nomeado atuará no formato remoto.

Justificativa:

A manutenção de um preposto facilita a comunicação eficiente e imediata entre a contratada e o Tribunal, promovendo agilidade na solução de problemas, no acompanhamento da execução e no cumprimento das obrigações contratuais. Trata-se de prática consolidada na boa gestão de contratos administrativos.

11) Responsabilizar-se por todos os custos e obrigações relativos à execução do contrato

Descrição:

A contratada deverá arcar com todos os custos associados à execução do objeto, incluindo encargos trabalhistas e previdenciários de sua equipe, tributos, despesas com seguros, transporte e demais obrigações legais ou operacionais.

**Justificativa:**

Esse requisito assegura que não haja qualquer ônus indevido ao TCE/PR além daqueles expressamente contratados, mantendo o equilíbrio contratual e a plena autonomia da contratada sobre os meios de execução. Evita também riscos de responsabilização subsidiária da Administração

12) Protocolizar nota fiscal/fatura para o pagamento do serviço mensal prestado

Descrição:

A contratada deverá protocolar mensalmente nota fiscal eletrônica/fatura discriminada, referente ao valor do serviço prestado com eventuais descontos relativos a sessões que não foram realizadas no período. O contratante deverá realizar o pagamento em até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento da documentação.

Justificativa:

A apresentação regular da nota fiscal garante o controle orçamentário e a regularidade contábil do contrato, além de permitir a programação adequada dos repasses financeiros por parte do TCE/PR.

13) Atuar de forma independente, fornecendo os recursos necessários para execução contratual

Descrição:

A contratada deverá atuar como organização independente, responsabilizando-se integralmente pela disponibilização de recursos humanos, materiais, infraestrutura, tecnologia e ferramentas necessárias à execução integral dos serviços previstos no contrato.

Justificativa:

Tal exigência resguarda o TCE/PR de qualquer responsabilidade operacional ou financeira pela estrutura de funcionamento da empresa contratada, e reforça a autonomia, a responsabilização e o profissionalismo exigidos.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Em conformidade com o art. 18, § 1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de analisar as alternativas disponíveis e justificar, sob os aspectos técnicos e econômicos, a solução mais adequada à necessidade do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR) quanto à promoção da saúde ocupacional por meio de ginástica laboral.

Foram consideradas as seguintes opções:

A) CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA COM ATUAÇÃO INTEGRADA

Consiste na contratação de empresa com experiência comprovada na execução de programas de ginástica laboral, com equipe técnica especializada (fisioterapeutas ou educadores físicos), metodologia padronizada, cronograma de rotas, fornecimento de materiais e emissão de relatórios técnicos. Essa alternativa permite a execução contínua e coordenada das ações, com cobertura de todos os ambientes do TCE/PR, além de garantir conformidade com normas técnicas e diretrizes institucionais.

A solução proporciona alto grau de especialização, eficiência operacional e desoneração da equipe interna, que pode concentrar-se na supervisão e gestão estratégica do programa. Como contraponto, há o custo mensal da contratação, que, no entanto, é inferior ao custo de pessoal necessário para executar diretamente essas funções.

B) EXECUÇÃO DIRETA PELA EQUIPE INTERNA DO TCE/PR

Consiste na condução das ações de ginástica laboral por servidores efetivos do Tribunal, com planejamento, execução, registro e elaboração de relatórios realizados internamente. Embora possa representar economia direta com contratação, essa alternativa exige estrutura organizacional robusta, profissionais com formação específica e dedicação exclusiva, o que não se mostra viável no contexto atual.



A Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) conta com equipe reduzida e já envolvida em diversas atribuições estratégicas e operacionais, o que inviabiliza a absorção de atividades técnicas e operacionais adicionais sem prejuízo às demais competências regimentais, além da necessidade de formação especializada na área para viabilizar a condução das atividades.

C) CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS DE FORMA FRACIONADA

A contratação de profissionais autônomos para execução pontual das atividades, como fisioterapeutas ou educadores físicos, sem vínculo com empresa especializada, apresenta riscos operacionais, baixa padronização, dificuldade de gestão e ausência de estrutura de apoio (materiais, seguros, substituições, relatórios integrados), além de maior esforço de fiscalização e controle por parte da Administração.

Essa opção também implicaria avaliar a viabilidade jurídica, uma vez que não seria adotado o modelo de pregão eletrônico, que garante a concorrência e transparência, e se mostra mais adequado à execução de atividades cuja natureza é contínua.

D) CONCLUSÃO

Diante das alternativas avaliadas, conclui-se que a **contratação de empresa especializada com atuação integrada** representa a solução mais vantajosa sob os aspectos jurídico, técnico, operacional, econômico e de eficiência administrativa. A execução direta ou fracionada demandaria estrutura e esforço incompatíveis com a realidade atual do TCE/PR, além de comprometer a continuidade, a padronização e a efetividade das ações de saúde ocupacional.

A contratação integrada permite a execução coordenada das sessões de ginástica laboral, blitz de postura e relatórios mensais, com equipe técnica qualificada, metodologia consolidada e gestão por resultados. Trata-se de solução compatível com os princípios da eficiência, economicidade e



sustentabilidade do serviço público, além de alinhada às diretrizes da Política de Gestão de Pessoas e às normas de ergonomia aplicáveis.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Para fins de dimensionamento da futura contratação, foi considerada a experiência anterior com serviços de ginástica laboral realizados até 2021, bem como o levantamento atual das unidades administrativas e ambientes do TCE/PR, considerando o aumento da presença física de servidores após a publicação da Instrução de Serviço nº 187/2025.

A estimativa contempla os seguintes quantitativos:

- **Ambientes atendidos:** 27 (vinte e sete) ambientes administrativos do TCE/PR;
- **Sessões de ginástica laboral:** 2 (duas) sessões diárias por ambiente, sendo uma por turno (manhã e tarde), com duração mínima de 15 minutos cada, a serem realizadas 3 (três) vezes na semana – segundas, terças e quintas;
- **Quantidade de dias por semana:** 3 (três);
- **Número de semanas por mês:** 4 (quatro);
- **Total estimado de sessões mensais:** 27 ambientes × 2 sessões/dia × 3x na semana × 4 semanas/mês = **648 sessões/mês**;

A estimativa considera, além da rotina operacional prevista, as condições atuais de ocupação física das unidades, bem como a demanda institucional por ações de promoção da saúde e melhoria das condições ergonômicas. Trata-se de uma projeção para o período contratual, sem que isso implique a obrigatoriedade de execução integral das quantidades estimadas.

Atualmente, o Tribunal tem funcionado em regime híbrido de trabalho, sendo exigida a presença física diária de ao menos 40% (quarenta por cento) do total de servidores das unidades vinculadas à Presidência.

Ressalte-se que o TCE/PR reserva o direito de, a seu critério, ajustar a quantidade de sessões, conforme sua conveniência administrativa e disponibilidade orçamentária, sem que a eventual não utilização da totalidade das estimativas gere à contratada qualquer direito de indenização, compensação ou reequilíbrio financeiro.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A contratação proposta terá vigência estimada de **12 (doze) meses**, com execução contínua dos serviços de ginástica laboral nas dependências do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR), conforme especificações técnicas descritas no Termo de Referência.

Premissas utilizadas para estimativa:

- **Ambientes atendidos:** 27 (vinte e sete) ambientes administrativos;
- **Sessões diárias:** 2 (duas) sessões por ambiente (manhã e tarde) por 3 (três) vezes na semana – segundas, terças e quintas;
- **Quantidade de dias por semana:** 3 (três);
- **Número de semanas por mês:** 4 (quatro);
- **Total estimado de sessões mensais:** $27 \times 2 \times 3 \times 4 = 648$ sessões/mês;
- **Duração mínima por sessão:** 15 minutos;
- **Equipe técnica especializada** com formação em fisioterapia ou educação física;
- **Fornecimento de materiais acessórios** pela contratada.

A pesquisa de preços foi realizada em conformidade com o art. 27 da Instrução de Serviço nº 181/2024, mediante:

- Consulta ao **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**, com identificação de contratações recentes de objeto similar (art. 27, III);
- Consulta direta a **empresas atuantes no segmento de ginástica laboral** (art. 27, V).

Foram identificados contratos com **modelos distintos de quantificação**, razão pela qual se procedeu à **padronização dos preços para a unidade “sessão”**, possibilitando a comparação objetiva entre os valores coletados.

Tabela 1 - Mapa de Pesquisa de Preços

ÓRGÃO / EMPRESA	VALOR MENSAL (R\$)	SESSÕES MENSAIS ESTIMADAS	VALOR UNITÁRIO POR SESSÃO (R\$)
Justiça Federal – DF	3.063,42	840	3,65
Justiça Federal – RS	5.886,27	351	16,77
TRT – SE	11.659,20	224	52,05
TRT 10 – DF	2.849,60	171,25	16,64
TRT 10 – TO	811,20	48,75	16,64
Alaboral	6.900,00	648	10,65
Ergo4You	8.549,00	648	13,19
Laboral SH	11.770,00	648	18,16

Verificou-se que os contratos pesquisados apresentam **heterogeneidade significativa quanto ao número de sessões mensais**, o que inviabiliza a utilização direta de valores mensais ou de média aritmética simples dos preços unitários, sob pena de distorção estatística.

Dessa forma, adotou-se a **média ponderada dos valores unitários por sessão**, utilizando como peso o **quantitativo de sessões mensais** de cada contratação, por representar método matemático mais aderente à realidade do mercado e ao volume efetivamente contratado.

Tal abordagem encontra respaldo no art. 27, § 2º, da IS nº 181/2024, ao privilegiar critério estatístico capaz de refletir com maior fidelidade o comportamento dos preços praticados.

Fórmulas aplicadas

a) Cálculo do valor unitário por sessão (para cada contrato):

$$\text{Valor unitário por sessão} = \frac{\text{Valor mensal do contrato}}{\text{Número de sessões mensais}}$$

b) Cálculo da média ponderada dos valores unitários por sessão:



$$\text{Média ponderada} = \frac{\sum(\text{Valor unitário por sessão} \times \text{Número de sessões})}{\sum(\text{Número de sessões})}$$

Cálculo original (sem arredondamento)

O valor unitário médio ponderado por sessão foi obtido pela fórmula:

$$\text{Valor unitário médio ponderado} = \frac{\sum \text{Valores mensais}}{\sum \text{Sessões mensais}} = \frac{51.488,69}{3.579}$$

Efetuada a divisão:

$$\frac{51.488,69}{3.579} = 14,38698 \dots$$

Ou seja, o resultado exato é:

R\$ 14,38698... por sessão

Critério de arredondamento adotado

Para fins da contratação, valores monetários devem observar:

- duas casas decimais, correspondentes aos centavos do Real;
- regra matemática usual de arredondamento, amplamente aceita em licitações.

Regra aplicada

- Se a 3ª casa decimal ≥ 5 , arredonda-se a 2ª casa decimal para cima;
- Se a 3ª casa decimal < 5 , mantém-se a 2ª casa decimal.

No caso concreto:

Casa decimal	Valor
1ª casa	3
2ª casa	8
3ª casa	6

Como a 3ª casa decimal é 6 (≥ 5), aplica-se o arredondamento para cima.

- **Resultado após arredondamento**

$$14,38698 \xrightarrow{\text{arred.}} 14,39$$

Portanto:

Valor unitário médio ponderado por sessão (arredondado): R\$ 14,39

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

Com base no valor unitário médio ponderado apurado, a estimativa de custos da contratação é a seguinte:

DESCRIÇÃO	VALOR
Quantidade total estimada	7.776 sessões
Valor unitário estimado por sessão	R\$ 14,39
Valor total estimado da contratação	R\$ 111.896,64

O valor estimado contempla todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, incluindo mão de obra, encargos sociais, materiais, deslocamentos, tributos, seguros e demais despesas operacionais.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta contempla a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de ginástica laboral, com atuação integrada em todas as unidades administrativas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR). O objetivo é promover a saúde ocupacional, prevenir agravos relacionados ao trabalho e melhorar a qualidade de vida dos servidores, em consonância com a Política de Gestão de Pessoas da instituição.

A contratada será responsável por:

- Realizar sessões presenciais de ginástica laboral em 27 ambientes do TCE/PR, com frequência diária em dois turnos (manhã e tarde), a ser realizada nas segundas, terças e quintas de cada semana no mês, conforme cronograma definido pela Administração;

- Conduzir blitz de postura e orientações individuais rápidas, com foco na correção postural e prevenção de desconfortos musculoesqueléticos;
- Elaborar relatórios periódicos consolidados, contendo registros de execução, adesão, não conformidades e evolução das ações;
- Disponibilizar equipe técnica qualificada, composta por fisioterapeutas ou educadores físicos com registro profissional;
- Fornecer todos os materiais e acessórios necessários às atividades, bem como manter seguro de responsabilidade civil e observar normas de segurança e acesso institucional;
- Operar com planejamento unificado, rotas integradas e metodologia padronizada, garantindo a cobertura de todos os ambientes e a continuidade das ações ao longo da vigência contratual.

A contratação visa atender à nova configuração de presença física dos servidores no TCE/PR, conforme Instrução de Serviço nº 187/2025, que ampliou a ocupação dos espaços institucionais. A retomada das ações presenciais de saúde ocupacional é estratégica para a prevenção de riscos, o engajamento dos servidores e a conformidade com normas técnicas e legais.

Do ponto de vista administrativo, a solução desonera a estrutura interna da Diretoria de Gestão de Pessoas, permitindo que as ações sejam executadas por equipe especializada, sem sobrecarregar os servidores efetivos com atividades operacionais. A adoção de modelo integrado e contínuo garante maior eficiência, rastreabilidade e gestão por resultados, além de facilitar o acompanhamento técnico e a fiscalização contratual.

Portanto, a solução como um todo representa equilíbrio entre eficiência operacional, segurança jurídica e aderência institucional, sendo adequada às necessidades atuais do TCE/PR no tocante à promoção da saúde, ergonomia e qualidade de vida no trabalho.



9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Conforme prevê o artigo 47, I, da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública deve promover, sempre que possível, o parcelamento do objeto da licitação, com vistas a ampliar a competitividade e viabilizar a participação do maior número possível de licitantes, desde que não haja prejuízo para a economia de escala, à eficiência ou à segurança da contratação.

No caso em análise, trata-se da contratação de serviço especializado de ginástica laboral, com um conjunto integrado de atividades técnicas, operacionais, educativas e de diagnóstico, voltadas à promoção da saúde ocupacional e à melhoria das condições de trabalho no TCE/PR. Trata-se, portanto, de uma solução de natureza contínua e interdependente, cuja execução exige planejamento unificado, equipe técnica coordenada, rotas integradas de atendimento, padronização metodológica e relatórios consolidados.

Dessa forma, não se recomenda o parcelamento do objeto, por ausência de vantajosidade técnica e administrativa. Essa conclusão está em consonância com o disposto no art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, que afasta o tratamento diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte nos casos em que o fracionamento do objeto não for vantajoso para a Administração Pública ou represente prejuízo à execução integrada da solução contratada.

Portanto, justifica-se a contratação por item único e indivisível, assegurando a plena execução do serviço, a padronização das ações de saúde ocupacional e a eficiência da gestão contratual no âmbito do TCE/PR.

10. SUBCONTRATAÇÃO, CONSÓRCIO E COOPERATIVAS DE MÃO DE OBRA

Subcontratação: Considerando a especificidade e a complexidade da Solução, não será permitida a subcontratação. A natureza desta solução exige um profundo conhecimento e entendimento das demandas e contextos

específicos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, o que poderia ser comprometido com a intervenção de terceiros ou entidades subcontratadas. A integridade, eficácia e coesão da solução dependem da gestão direta e especializada pela empresa fornecedora, garantindo assim a qualidade, segurança e conformidade com os requisitos e expectativas do Tribunal.

Consórcio: De igual forma, não será admitida a formação de consórcio para a execução do referido serviço. A necessidade de uma comunicação direta, ágil e sem intermediários entre o TCE/PR e a entidade contratada é crucial para garantir a eficiência e eficácia da consultoria. A formação de consórcios poderia introduzir complexidades adicionais na gestão e coordenação do projeto, comprometendo sua fluidez e resultados.

Cooperativas de mão de obra: A exclusão das cooperativas de mão de obra, por sua vez, decorre da incompatibilidade entre a natureza do contrato e a legislação que rege as cooperativas, considerando que o vínculo contratual pressupõe obrigações de ordem administrativa, técnica e gerencial que demandam atuação empresarial com responsabilidade individual e direta pela execução integral do objeto. Tal restrição visa preservar o interesse público, assegurar a regularidade da execução contratual, a adequada supervisão dos serviços e a mitigação de riscos operacionais, jurídicos e trabalhistas.

11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação de serviços especializados em ginástica laboral no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR) tem como objetivo promover a saúde ocupacional e garantir ambientes laborais mais seguros e produtivos. Alinhada à Política de Gestão de Pessoas, essa iniciativa busca atender às necessidades atuais decorrentes do aumento da presença física de servidores nas unidades do Tribunal, contribuindo para a prevenção de doenças ocupacionais e para o engajamento dos colaboradores.

Dentre os principais resultados esperados com a contratação, destacam-se:

- A. Melhoria da Qualidade de Vida no Trabalho: A ginástica laboral contribui para reduzir fadiga, estresse e dores musculoesqueléticas, promovendo bem-estar físico e mental. Isso impacta diretamente na satisfação dos servidores e na prevenção de afastamentos por problemas ergonômicos.
- B. Prevenção de Lesões e Agravos à Saúde: A execução regular de exercícios compensatórios e orientações posturais diminui riscos de LER/DORT e outros distúrbios relacionados ao trabalho, atendendo às políticas internas de saúde ocupacional.
- C. Aumento da Produtividade e Redução de Absenteísmo: Servidores com menor desconforto físico e melhor ergonomia tendem a apresentar maior concentração e eficiência, reduzindo interrupções e afastamentos por problemas de saúde.
- D. Engajamento e Cultura de Saúde: A presença de ações regulares de ginástica laboral e blitz de postura reforça a cultura organizacional voltada à saúde, estimulando hábitos positivos e maior adesão às práticas preventivas.
- E. Monitoramento Contínuo e Indicadores de Desempenho: Relatórios mensais e indicadores (taxa de execução, adesão, evolução ergonômica) permitirão acompanhar resultados, corrigir desvios e comprovar a efetividade do programa perante a gestão e órgãos de controle.
- F. Conformidade Legal e Normativa: A contratação assegura aderência às normas de ergonomia e às diretrizes da Política de Gestão de Pessoas do TCE/PR, evitando passivos trabalhistas e fortalecendo a governança institucional.
- G. Redução de Custos com Saúde Ocupacional: A prevenção de doenças ocupacionais e a melhoria das condições de trabalho reduzem gastos com afastamentos, tratamentos e adaptações emergenciais, gerando economia a médio e longo prazo.

Ao final da execução contratual, espera-se que o TCE/PR tenha promovido melhorias significativas na qualidade de vida no trabalho, com servidores mais engajados, ativos e conscientes sobre práticas saudáveis no ambiente laboral. Através da realização regular de sessões de ginástica laboral, o Tribunal deverá



contar com ambientes mais ergonômicos, seguros e adequados às atividades desempenhadas, além de indicadores concretos que demonstrem a efetividade das ações implementadas.

Com isso, espera-se também a redução de riscos ocupacionais, o fortalecimento da cultura institucional de saúde e bem-estar, e a conformidade com as diretrizes da Política de Gestão de Pessoas, contribuindo para um ambiente organizacional mais sustentável e produtivo.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Neste planejamento não haverá contratações correlatas e/ou interdependentes.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação de serviços de ginástica laboral, conforme proposta neste Estudo Técnico Preliminar, é uma atividade voltada à promoção da saúde ocupacional e à melhoria das condições de trabalho, sem relação direta com processos produtivos ou operações que envolvam uso intensivo de recursos naturais ou geração de resíduos perigosos. No entanto, é possível identificar **impactos ambientais indiretos** – tanto **positivos quanto negativos** – que devem ser considerados no planejamento e acompanhamento da execução contratual.

Impactos Ambientais Positivos:

1. **Promoção de práticas sustentáveis no ambiente de trabalho:** As orientações ergonômicas e posturais podem incluir recomendações para uso racional de equipamentos, contribuindo para a eficiência energética.
2. **Redução de afastamentos e rotatividade:** A melhoria das condições ergonômicas pode reduzir afastamentos por problemas de saúde, diminuindo a necessidade de substituições e o uso adicional de recursos administrativos e humanos.
3. **Estímulo à cultura de saúde e sustentabilidade:** A presença de profissionais especializados estimula a cultura voltada à prática saudável

de exercícios, o que contribui para a melhoria do capital intelectual do TCEP/PR.

Impactos Ambientais Negativos:

1. **Consumo de energia elétrica e recursos institucionais:** A realização de sessões presenciais em diversos ambientes pode gerar aumento pontual no uso de iluminação e climatização.
2. **Deslocamentos internos e externos da equipe contratada:** A movimentação diária dos profissionais entre os 27 ambientes pode implicar maior circulação interna, implicando, potencialmente, em maior produção de resíduos, como papéis e copos descartáveis.
3. **Geração de ruídos leves:** A realização das atividades pode gerar um aumento, ainda que leve, nos ruídos dos 27 ambientes.

Medidas Mitigadoras e Recomendações:

- Priorizar o uso de materiais reutilizáveis e duráveis nas atividades (ex.: bastões, elásticos, bolas de mão);
- Planejar rotas internas eficientes, reduzindo deslocamentos desnecessários entre ambientes e, conseqüentemente, os ruídos trazidos pelas atividades;
- Promover campanhas de conscientização ambiental junto aos servidores, integradas às ações de saúde e qualidade de vida;
- Utilizar equipamentos com baixo consumo energético e altura regulável, como caixas de som portáteis recarregáveis.

Os impactos ambientais da contratação são **baixos e controláveis**, podendo ser **positivamente potencializados** mediante medidas simples e alinhadas às diretrizes de responsabilidade socioambiental da Administração Pública. A integração entre saúde ocupacional e sustentabilidade reforça o compromisso institucional com a promoção de ambientes de trabalho saudáveis, eficientes e ambientalmente responsáveis.

14. CLASSIFICAÇÃO NOS TERMOS DA LEI Nº 12.527/11

Entende-se que a contratação pretendida, bem como os documentos que dela vierem a fazer parte, são de interesse público, atendendo ao disposto no Artigo 6º, inciso I, da Lei 12.527/11 – Lei de Acesso à Informação.

Ressalte-se que o TCE-PR tem por política a transparência de suas ações, disponibilizando, em seu Portal na internet (www.tce.pr.gov.br) informações e dados sobre as licitações que realiza. Basta que, para ter acesso a eles, o interessado clique na aba superior da homepage, em “Transparência do TCE” e, na sequência, em “Licitações do TCE-PR”, onde encontrará a íntegra do processo licitatório em questão.

15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução se mostra possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Também se vislumbra a existência de orçamento para a futura contratação. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

Curitiba, 12 de janeiro de 2026.

Documento assinado digitalmente.

Flavio Alves de Carvalho Sampaio
Auditor de Controle Externo

Documento assinado digitalmente.

Vivianéli Araujo Prestes
Auditora de Controle Externo